

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS- UFMG  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM AUDITORIA EXTERNA**

**A SUBSTITUIÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DE ORIGENS E APLICAÇÃO DE  
RECURSOS PELA DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA E SEUS POTENCIAIS  
IMPACTOS**

**MILENE APARECIDA XAVIER**

**BELO HORIZONTE**

**2011**

**MILENE APARECIDA XAVIER**

**A SUBSTITUIÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DE ORIGENS E APLICAÇÃO DE  
RECURSOS PELA DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA E SEUS POTENCIAIS  
IMPACTOS**

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação *Latu Sensu* em Auditoria Externa do Departamento de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, Como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Auditoria Externa.

Orientador: Prof. Wagner Moura Lamounier

**BELO HORIZONTE  
2011**

ATA DA SESSÃO (PEGAR NA SECRETARIA)

## Dedicatória

*Dedico esta monografia a duas pessoas Maria Helena e Ademar, que em nenhum momento mediram esforços para realização dos meus sonhos, que me guiaram pelos caminhos corretos, me ensinaram a fazer as melhores escolhas, me mostraram que a honestidade e o respeito são essenciais à vida, e que devemos sempre lutar pelo que queremos. A eles devo a pessoa que me tornei, sou extremamente grata e tenho muito amor e orgulho por chamá-los de mãe e Pai..*

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, o que seria de mim sem a fé que eu tenho Nele.

Aos meus pais e a minha irmã que, com muito carinho e apoio, não mediram esforços para que eu chegasse até esta etapa de minha vida.

Ao professor e orientador Sr. Wagner Lamounier por seu apoio, direcionamento e inspiração no amadurecimento dos meus conhecimentos e conceitos que me levaram a execução e conclusão desta monografia.

A todos os professores da pós-graduação da UFMG, que foram tão importantes na minha vida acadêmica e no desenvolvimento desta monografia.

A todos os amigos e demais familiares que acreditaram na minha capacidade, pelo incentivo e solidariedade durante essa caminhada.

“Os resultados provêm do aproveitamento das oportunidades e não da solução dos problemas. A solução dos problemas só restaura a normalidade. As oportunidades significam explorar novos caminhos”.

Peter Drucker

## RESUMO

O processo de convergência das normas brasileiras para as normas internacionais de contabilidade, emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, teve como marco a sanção da Lei 11.638/2007, que modificou a Lei 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), principalmente em relação às suas disposições contábeis. Dentre as principais mudanças, verifica-se a substituição da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) pela Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC). Diante do exposto, o presente trabalho busca, à partir de uma ampla pesquisa exploratória e bibliográfica, analisar e apresentar os potenciais impactos dessa substituição, vantagens e limitações de cada demonstração, verificando-se o ganho ou perda de conteúdo informacional e seus prováveis reflexos para a tomada de decisão na organização. Dessa forma, a questão problema que orienta essa pesquisa é: Quais os potenciais impactos ocorridos com a substituição da Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos pela Demonstração de Fluxo de Caixa para a sociedade em geral? Os resultados da pesquisa apontam que, os potenciais impactos não influenciam de maneira tão expressiva para a tomada de decisão. Contudo, apesar da não obrigatoriedade da apresentação e elaboração da DOAR, constatou-se que ambas as demonstrações fornecem informações relevantes, que essas não são excludentes, mas sim complementares.

Palavras-chave: DOAR; DFC; potenciais impactos; vantagens e limitações.

## **ABSTRACT**

The convergence of Brazilian norms for the international accounting standards issued by the International Accounting Standards Board (IASB) in March had the sanction of Law 11638/2007, which amended Law 6404/76 (Law Corporation) especially in relation to its accounting provisions. Among the major changes, there is a replacement of the Statement of Changes in Financial Position (DONATE) the Statement of Cash Flows (CFD). Given the above, the present study attempts, starting with a broad exploratory research and literature, analyze and present the potential impacts of such substitution, advantages and limitations of each statement by checking the gain or loss of information content and its likely consequences for decision making in the organization. Thus, the question that guides this research problem is: What are the potential impacts that occurred with the replacement of the Statement of Sources and Uses of Funds by the Statement of Cash Flows for society in general? The survey results indicate that the potential impacts do not affect so eloquently to the decision-making. However, despite the lack of mandatory presentation and preparation of giving, it was found that both statements provide relevant information that these are not mutually exclusive but complementary.

Keywords: DONATE; DFC; potential impacts; advantages and limitations.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES, QUADROS E TABELAS

FIGURA 1 - Demonstrações Obrigatórias .....	18
FIGURA 2 - Demonstrações obrigatórias II .....	18
TABELA 1 - Representação Origens Aplicações .....	21
FIGURA 3 - Variação do Capital Circulante Líquido.....	23
FIGURA 4 – DOAR .....	25
FIGURA 5 - Estrutura da DOAR .....	26
FIGURA 6 - Estrutura da DFC- Método Direto .....	33
FIGURA 7 - Estrutura da DFC- Método Indireto .....	35
TABELA 2 - Resultado dos Índices I .....	44
TABELA 3 - Resultado dos Índices II .....	45
TABELA 4 - Comparativa DOAR X DFC .....	46

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

DOAR	Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos
DFC	Demonstração de Fluxo de Caixa
IFRS	International Financial Reporting Standards
SFAS	Statement of Financial Accounting Standard
CCL	Capital Circulante Líquido
CVM	Comissão de Valores Imobiliários
DVA	Demonstração do Valor Adicionado
IASB	International Accounting Standards Board
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
BACEN	Banco Central do Brasil
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
SUSEP	Superintendência de Seguros Privados
DRE	Demonstração de Resultado do Exercício
FASB	<i>Financial Accounting Standards Board</i>
IASC	<i>International Accounting Standards Committee</i>
FAS	<i>Financial Accounting Standard</i>
FRS	<i>Financial Reporting Standard</i>
USIMINAS	Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais
COSIPA	Companhia Siderúrgica Paulista

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
1.1	Tema e problema de Pesquisa.....	12
1.2	Objetivos .....	14
1.2.1	Geral.....	14
1.2.2	Específicos .....	14
1.3	Justificativa.....	15
1.4	Metodologia.....	16
1.5	Organização do Conteúdo.....	17
<b>2</b>	<b>DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....</b>	<b>18</b>
2.1	A Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos.....	20
2.1.1	Aspectos Legais .....	20
2.1.2	Conceitos .....	21
2.1.3	Estruturas e Formas de Apresentação .....	24
2.1.4	Classificação das Transações.....	27
2.2	Demonstração de Fluxo de Caixa.....	27
2.2.1	Aspectos Legais .....	27
2.2.2	Conceitos .....	28
2.2.3	Definições e Métodos de Elaboração .....	30
2.2.3.1	Método Direto.....	32
2.2.3.2	Método Indireto .....	34
<b>3</b>	<b>ANÁLISE COMPARATIVA: DOAR VERSUS DFC.....</b>	<b>36</b>
3.1	Alguns Índices da DOAR.....	36
3.2	Alguns Índices da DFC.....	37
3.3	Vantagens, Desvantagens e Limitações .....	39
3.3.1	DOAR.....	39
3.3.2	DFC.....	40
3.3.3	Algumas Similaridades e Diferenças.....	41
3.3.4	Potenciais impactos na Sociedade Contábil e Mercado de Capitais... ..	42
<b>4</b>	<b>Comparações e aplicação à análise dos Resultados das demonstrações de uma firma: O Caso da USIMINAS .....</b>	<b>43</b>
<b>5</b>	<b>Conclusão.....</b>	<b>48</b>
<b>6</b>	<b>Referências Bibliográficas.....</b>	<b>50</b>
<b>7</b>	<b>Anexos.....</b>	<b>53</b>

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 Tema e problema de Pesquisa

A contabilidade tem sofrido mudanças expressivas para acompanhar as exigências do mercado e atender de forma transparente e objetiva às necessidades informacionais das organizações e usuários. Tais mudanças exigiram uma nova postura e comportamento em todos os sentidos, revolucionando valores que pareciam imutáveis.

Neste contexto, a Comissão de Valores Imobiliários (CVM) juntamente com o Poder Executivo elaboraram o Projeto de Lei nº 3.741/2000 que culminou na promulgação da Lei 11.638/2007, lei esta que introduz, altera e revoga novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76). De acordo com o Comunicado ao mercado da CVM (2008, p.1) “a finalidade maior era possibilitar a eliminação de algumas barreiras regulatórias que impediam a inserção total das companhias abertas no processo de convergência contábil internacional”. Além disso, a CVM argumentou que a harmonização contábil internacional aumentaria o grau de transparência das demonstrações financeiras, reduzindo custos e riscos. POHLMANN (1995, p.13), confirma tal argumento, relatando o seguinte:

A harmonização das normas contábeis é um processo necessário e natural, já que é fato notório e incontestável a recente internacionalização e globalização dos negócios, trazendo como provável consequência o requerimento maciço de informações de natureza contábil, com um conteúdo claro e bem compreendido por todos os usuários.

Portanto, percebe-se que as novas regras contábeis buscam promover uma inserção ainda maior do país nos mercados globais de capitais, possibilitando às empresas brasileiras de capital aberto a prepararem suas demonstrações

financeiras nos padrões adotados pelos principais mercados de valores imobiliários, ou seja, em *International Financial Reporting Standards (IFRS)*.

Em relação às principais alterações ocorridas com a promulgação da 11.638/2007, a substituição entre demonstrações contábeis é significativa, ou seja, a Demonstração das Origens e Aplicação de Recursos (DOAR) deixa de ser obrigatória, dando lugar à Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC), conforme Art. 176, IV da referida lei. Essa substituição seguiu a prática internacional do *Statement of Financial Accounting Standard (SFAS)* nº 95.

A Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) tem por objetivo auxiliar na compreensão de como e por que a posição financeira da empresa mudou de um período para o outro, apresentando os financiamentos pelas origens de recursos e investimentos pelas suas aplicações. Para IUDÍCIBUS; MARTINS; GELBCKE, (2000, p.337) a DOAR “tem por objetivo apresentar de forma ordenada e sumarizada principalmente as informações relativas às operações de financiamento e investimento da empresa durante o exercício, e evidenciar as alterações na posição financeira da empresa”. Todavia, a DOAR é considerada uma demonstração composta de conceitos amplos para a maioria dos seus usuários, como por exemplo, a interpretação da variação do capital circulante líquido (CCL).

Já a Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC) tem por objetivo fornecer informações sobre os fluxos das transações e eventos que afetaram o caixa da empresa ao longo de um determinado período. Os mesmos autores IUDÍCIBUS; MARTINS; GELBCKE, (2000, p.351) definem que a DFC “tem por objetivo primário prover informações relevantes sobre os pagamentos e recebimentos, em dinheiro, de uma empresa, ocorridos durante um determinado período”.

Assim, a substituição da DOAR pela DFC, traz à tona diversos questionamentos quanto à qualidade, entendimento, complexidade de elaboração e utilidade das informações geradas. Diante do exposto, aborda-se neste trabalho uma análise comparativa entre a Demonstração de Origens e Aplicação de Recursos e Demonstração de Fluxo de Caixa, bem como as

vantagens e desvantagens de cada demonstração no processo de gestão organizacional. Em outras palavras, o presente trabalho visa responder à seguinte pergunta:

**Quais os potenciais impactos ocorridos com a substituição da Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos pela Demonstração de Fluxo de Caixa para a sociedade em geral?**

## **1.2 Objetivos**

Os objetivos apresentados a seguir tiveram como finalidade orientar o processo de pesquisa.

### **1.2.1 Geral**

De acordo com a nova Lei 11.638/2007, o presente trabalho tem por objetivo analisar comparativamente as informações geradas pela Demonstração das Origens e aplicações de Recursos (DOAR) em relação à Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC), principalmente no que se refere às vantagens e desvantagens de cada demonstração, verificando se as mesmas são excludentes ou complementares.

### **1.2.2 Objetivos Específicos**

Constituem os objetivos específicos do trabalho:

- Analisar os potenciais impactos da substituição da DOAR pela DFC; evidenciando como o processo de harmonização aos padrões internacionais poderá refletir na sociedade contábil e no mercado de capitais;
- Analisar comparativamente as vantagens, desvantagens e devidas limitações de cada demonstração;

- Evidenciar o método de elaboração de cada demonstração e qual o mais indicado pelos órgãos regulamentadores e usuários;
- Comparar os indicadores financeiros derivados da DOAR e da DFC;
- Verificar se as informações geradas pelas demonstrações são excludentes ou complementares.

### **1.3 Justificativa**

A Harmonização das normas contábeis no Brasil é justificada pela CVM e demais órgãos reguladores. A nova legislação e a referida incipiência no processo de convergência às normas internacionais trazem à tona questionamentos quanto aos potenciais impactos financeiros e gerenciais provocados por tais alterações. Tal fato evidencia uma série de implicações tanto para as entidades inseridas nesse contexto quanto para os seus respectivos e potenciais investidores.

Em meio a essas mudanças, o desenvolvimento de pesquisas comparativas contemplando as demonstrações contábeis exclusas (DOAR) e vigentes (DFC) contribui para a evolução teórica e principalmente, para o setor prático das entidades e demais interessados.

Assim sendo, a presente pesquisa, com o direcionamento ora apresentado, oferece uma contribuição para o ambiente social em geral, ou seja, tanto para estudiosos, mas principalmente para os profissionais que elaboram as demonstrações e estudam os resultados das mesmas. Mais especificamente, essa pesquisa busca entender, justificar e discutir comparativamente as informações geradas pela DOAR E DFC, dando-se enfoque para as vantagens e desvantagens de cada demonstração e, se as informações geradas por cada demonstração suprem a necessidade informacional para os envolvidos no processo de globalização e fortalecimento do mercado.

## 1.4 Metodologia

O presente trabalho está alicerçado em uma pesquisa bibliográfica, visando responder aos objetivos por meio de uma pesquisa exploratória, seguida de um estudo de caso.

Segundo Raupp e Beuren (2006, p. 80):

A caracterização do estudo como pesquisa exploratória normalmente ocorre quando há pouco conhecimento sobre a temática a ser abordada. Por meio do estudo exploratório, busca-se conhecer com maior profundidade o assunto, de modo a torná-lo mais claro ou construir questões importantes para a condução da pesquisa.

Para Gil (2002, p. 41), toda e qualquer classificação de uma pesquisa se faz mediante algum critério, o que pode ser determinado a partir da avaliação dos objetivos gerais preestabelecidos e dos procedimentos técnicos utilizados. Definição similar é fornecida por Lakatos e Marconi (1992, p.43), para quem a pesquisa bibliográfica consiste no “levantamento de toda a bibliografia já publicada em forma de livros, revistas e publicações avulsas”.

Portanto, para tal, estabeleceu-se um levantamento de dados e de literatura existentes (livros, revistas, artigos científicos, publicações de órgãos públicos, publicações de órgãos regulamentadores, periódicos, sites, entre outros), com a finalidade de evidenciar e discutir o tema abordado e o problema proposto. Nesse primeiro momento, diante da legislação vigente, buscou-se apresentar a forma, estrutura e método de elaboração de cada demonstração.

Posteriormente, com base em um estudo de caso real, evidenciou-se uma análise comparativa das demonstrações contábeis e o conteúdo informacional de cada demonstração. Os relatórios anuais estudados foram: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Origens e Aplicações de recursos, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Notas explicativas às Demonstrações Contábeis.

Foram utilizadas, neste trabalho, as Demonstrações Financeiras Consolidadas e padronizadas, submetidas à CVM, referentes aos exercícios de 2004 e 2005 da empresa USIMINAS- Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S/A. Os dados financeiros da empresa foram obtidos por meio de consultas na home page da empresa.

## **1.5 Organização do Conteúdo**

Além desta introdução, em que são apresentados o tema, o problema, os objetivos, a justificativa e metodologia do estudo, esta monografia está estruturada do seguinte modo:

- Capítulo 2 – Fundamentação Teórica: descrevem-se nesse capítulo o referencial teórico, os principais conceitos, estruturas, formas de apresentação, métodos de elaboração da Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) e da Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC);
- Capítulo 3- No terceiro capítulo apresenta-se uma análise comparativa de ambas as demonstrações por meio de índices financeiros. Além disso, são apresentadas algumas vantagens, desvantagens, limitações e similaridades de cada;
- Capítulo 4- O quarto capítulo apresenta o desenvolvimento prático deste trabalho, utilizando-se as demonstrações contábeis de uma empresa real. Evidencia-se por meio dos índices calculados os valores encontrados, comparando-se cada resultado e interpretação dos mesmos;
- Capítulo 5- Considerações Finais: no quinto e último capítulo, tecem-se as considerações e conclusões acerca do tema abordado.

Seguem a estes cinco capítulos as Referências Bibliográficas e as Normas Legais Consultadas, os quais foram fundamentais para elaboração do presente trabalho.

## 2 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis podem ser definidas como um conjunto de informações relevantes, que devem ser divulgadas periodicamente, evidenciando o resultado da gestão e a situação patrimonial da empresa. De acordo com REIS (2003, p. 43), “o objetivo básico das demonstrações financeiras ou demonstrativos contábeis é o de fornecer informações para a correta gestão dos negócios e para a correta avaliação dos resultados operacionais”. No que se refere aos demonstrativos contábeis obrigatórios, a Lei das Sociedades por Ações (6.404/76), Art. 176 estabelece o seguinte:

<b>Disposições gerais</b>
Ao fim de cada exercício social, a diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da companhia, as seguintes demonstrações financeiras, que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da companhia e as mutações ocorridas no exercício:
I- Balanço Patrimonial;
II- Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados;
III- Demonstração do Resultado do Exercício;
IV- Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos.

FIGURA 1- Demonstrações Obrigatórias I

Fonte: Lei nº 6.404/76

A Lei 11.638/07, que alterou a Lei 6.404/76, define e estende às sociedades de grande porte disposições relativas às demonstrações contábeis, estabelecendo requisitos de qualificação e divulgações de princípios, normas e padrões de contabilidade e auditoria. Sendo assim, tal lei passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 176 [...]
IV- demonstração dos fluxos de caixa; e
V- se companhia aberta, demonstração do valor adicionado.

[...]

§ 6º A companhia fechada com patrimônio líquido, na data do balanço, inferior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) não será obrigada à elaboração e publicação da demonstração de fluxos de caixa”.

FIGURA 2- Demonstrações obrigatórias II

Fonte: Lei nº 11.638/07

Portanto, percebe-se que a nova legislação, elimina a obrigatoriedade da publicação da Demonstração das Origens e Aplicação de Recursos (DOAR) e inclui a obrigatoriedade da Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC) e ainda, institui oficialmente a elaboração e apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA). Quanto ao balanço patrimonial, a Medida Provisória nº 449/08 divulga uma nova estrutura do balanço, separando os ativos e passivos em circulantes e não-circulantes. Para AZEVEDO (2009, p.26), o principal objetivo de tal alteração foi “atualizar as regras contábeis brasileiras e aprofundar a harmonização dessas regras com os pronunciamentos internacionais, em especial os emitidos pelo IASB (International Accounting Standards Board) por meio do IFRS (International Financial Reporting Standards).

Entretanto, os novos procedimentos contábeis trouxeram indagações expressivas advindas dos profissionais e usuários da contabilidade. De acordo com IUDÍCIBUS; MARTINS; GELBCKE, (2009, p.5), a lei entrou em vigor em 2008, porém muitas normas precisavam ser emitidas pelos órgãos próprios, criando um conjunto de regras homogêneas nos diversos setores, ou seja, tais normas seriam iniciadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em seguida aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Banco Central do Brasil (BACEN), pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), entre outros órgãos reguladores.

No que se refere às demonstrações contábeis, o item 12 do Pronunciamento Conceitual Básico – Estrutura Conceitual para Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

indica que “o objetivo das demonstrações contábeis é fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira, o desempenho e as mudanças na posição financeira da entidade, que sejam úteis a um grande número de usuários em suas avaliações e tomadas de decisão econômica”. Tal pronunciamento introduz principalmente o conceito da primazia da essência sobre a forma, como característica fundamental da informação contábil. Em outras palavras, os eventos devem ser contabilizados mais de acordo com a sua realidade econômica do que com a sua forma legal, prevalecendo a essência da transação.

Quanto à análise das demonstrações contábeis, pode-se afirmar que é considerada uma ferramenta fundamental na geração de informações sobre desempenho, gerência e situação econômico-financeira patrimonial, ou seja, as análises das demonstrações financeiras requerem noções quanto ao seu conteúdo, significado, origens e limitações, transformando dados em informações.

Em suma, diante de tantas alterações de natureza contábil advindas pela nova legislação, o presente trabalho vem abordar sobre as duas demonstrações contábeis: a DOAR e a DFC.

## **2.1 A Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos**

### **2.1.1 Aspectos Legais**

A obrigatoriedade de elaboração e publicação da Demonstração de Origens e Aplicação de Recursos (DOAR) foi instituída pelo Art. 176, item IV da Lei 6.404/76. Entretanto, tal elaboração e publicação era eliminada à partir do momento em que as companhias fechadas registrassem um patrimônio líquido igual ou inferior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais). Salienta-se que tal demonstração não é mais obrigatória desde janeiro/2008, conforme lei 11.638/07.

### 2.1.2 Conceitos

Para Reis, (2009,p.134) a DOAR “corresponde, assim como o Balanço Patrimonial, a uma demonstração da movimentação líquida da entrada (origem) e saída (aplicação) de recursos”. Já HERNANDES E BEGALLI, (1999, p.14) afirmam que a DOAR tem como principais objetivos a identificação das fontes de recursos responsáveis pelas alterações no capital de giro e suas devidas aplicações, completar a divulgação sobre a posição financeira e resultados das operações em um determinado período e principalmente, orientar os que dela utilizam na tomada de decisões de ordem econômica e financeira.

Pode ser definida então, como uma demonstração que verifica e analisa a posição financeira da empresa pela soma das fontes de recursos e de como são utilizados. Além disso, permite identificar nitidamente as causas que determinam as mutações na posição financeira a curto prazo, fornecendo uma visão clara em relação a estrutura de equilíbrio financeiro da empresa.

Geralmente, os financiamentos são representados pelas origens de recursos, enquanto que os investimentos são representados pelas aplicações. Segue abaixo a Tabela 1 para melhor verificação:

Contas do Ativo		Contas do Passivo	
<i>AUMENTO</i>	<i>DIMINUIÇÃO</i>	<i>AUMENTO</i>	<i>DIMINUIÇÃO</i>
<i>APLICAÇÃO</i>	<i>ORIGEM</i>	<i>ORIGEM</i>	<i>APLICAÇÃO</i>

TABELA 1- Representação Origens Aplicações

Fonte: ASSAF NETO. 2002, p.95

Pode-se afirmar que, as origens de recursos caracterizam-se por serem as operações que aumentam o CCL, como por exemplo, por meio da obtenção de recursos através de financiamento a longo prazo, aumento do capital em dinheiro ou venda em dinheiro de itens do ativo permanente ou realizável à

longo prazo. Em contrapartida as aplicações de recursos normalmente decorrem de operações com o não-circulante. Exemplos disso é a aquisição de bens ou direitos que venham integrar o ativo permanente ou realizável a longo prazo.

De acordo com IUDÍCIBUS; MARTINS; GELBCKE, (2007, p.424), as origens de recursos são representadas pelos aumentos das fontes de financiamento ou transferência dos investimentos, ambas de longo prazo. Obtêm-se como exemplo as operações próprias (receitas maiores que as despesas), os aumentos oriundos dos acionistas pela integralização de capital e, os ingressos de terceiros obtidos pela empresa mediante empréstimos a longo prazo e venda a terceiros.

Já em relação às aplicações, os mesmos autores definem que, serão estas representadas pelos aumentos das fontes de financiamento de longo prazo ou transferências de financiamentos do longo prazo para o curto prazo, como por exemplo, as inversões permanentes derivadas de aquisição de bens do ativo imobilizado, o pagamento de empréstimos adquiridos a longo prazo e a remuneração dos acionistas por meio de dividendos.

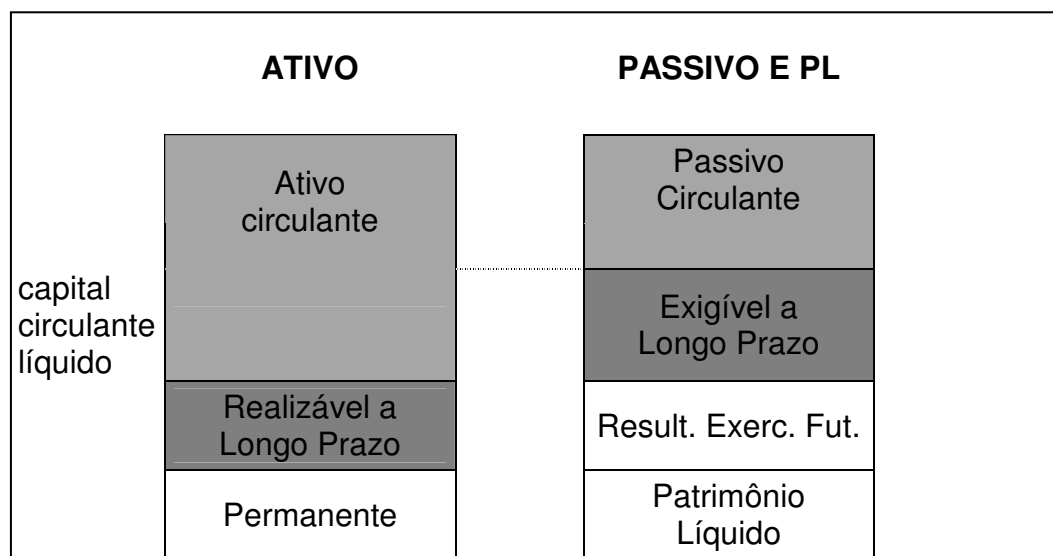
Todavia, existem algumas transações classificadas como origens ou aplicações que, não afetam o Capital Circulante Líquido, mas que integram a DOAR. FAVERO; LONARDONI; SOUZA; TAKAKURA, (2007, P.347), citam algumas transações dessa modalidade, sendo: a aquisição de bens do ativo permanente (investimento ou Imobilizado) que será paga a longo prazo, a integralização de capital com bens do ativo permanente e a venda de bens do ativo permanente recebíveis a longo prazo.

No que se refere ao conceito de folga financeira ou liquidez, pode-se afirmar que este está diretamente associado ao conceito de capital circulante líquido, já que a DOAR procura evidenciar as origens e as fontes de valores que alteram o Capital Circulante Líquido (CCL). Conforme ALMEIDA, (1996, P. 158), "O Capital Circulante Líquido representa a diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante". Além disso, o CCL pode ser classificado como positivo ou

negativo, ou seja, quando o ativo circulante for maior que o passivo circulante, o resultado será um CCL positivo, quando o contrário, o CCL será negativo, conforme figura a seguir:

### Representação da Variação do Capital Circulante Líquido

Capital Circulante Líquido- Representação positiva



Capital Circulante Líquido- Representação negativa

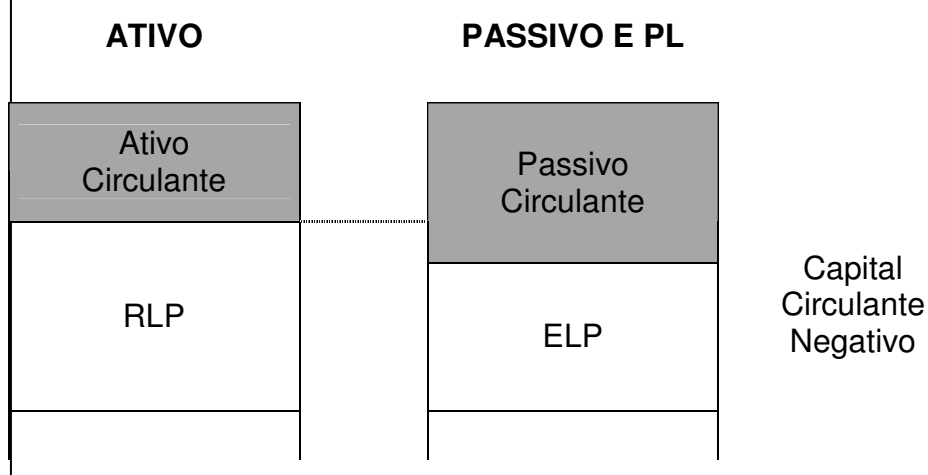


FIGURA 3- Variação do Capital Circulante Líquido

Fonte: MARION. 2006, p.456

Resumidamente, Marion (2006, p.455) cita que a demonstração mencionada “explica a variação da capital circulante líquido (capital de giro próprio ou capital de giro líquido) ocorrida de um ano para o outro. Auxilia a compreender como e por que a posição financeira mudou de um exercício para o outro”. Portanto, deve-se conceituar a DOAR como uma demonstração que permite identificar o aspecto financeiro da empresa, bem como as fontes de recursos responsáveis pelas alterações no capital de giro e onde tais recursos foram aplicados, complementando as demais demonstrações contábeis, como por exemplo, a Demonstração de Resultados de Exercícios (DRE).

### 2.1.3 Estruturas e Formas de Apresentação

De forma resumida, ALMEIDA, (1996, p.158) define graficamente a ordem e estrutura da DOAR, sendo:

- I- ORIGENS DE RECURSOS;
- II- APLICAÇÕES DE RECURSOS;
- III- AUMENTO OU REDUÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO;
- IV- VARIAÇÃO NOS COMPONENTES DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO.

Ao analisar a estrutura da DOAR, pode-se descrever que o item I refere-se ao valor total dos recursos obtidos no exercício. O item II relaciona também o total das aplicações, evidenciando o valor total durante o exercício. Já o item III representa a diferença entre o total das origens comparativamente ao total das aplicações. E o IV e último item, mostra toda a movimentação ativo e passivo circulantes, bem como o seu aumento e redução.

A Lei 6.404/76 reconhece e define os critérios de apresentação e conteúdo da DOAR, sendo:

Seção IV
Demonstração das Origens e Aplicação de Recursos
Art. 188. A demonstração das origens e aplicações de recursos indicará as modificações na posição financeira da companhia, discriminando:
I- as origens de recursos, agrupadas em: a) lucro do exercício, acrescido de depreciação, amortização ou exaustão ajustado pela variação nos resultados de exercícios futuros; b) realização do capital social e contribuições para reservas de capital; c) recursos de terceiros, originários do aumento do passivo exigível à longo prazo e da alienação de investimentos e direitos do ativo imobilizado;
I- as aplicações de recursos, agrupadas em: a) dividendos distribuídos; b) aquisição de direitos do ativo imobilizado; c) aumento do ativo realizável a longo prazo, dos investimentos e do ativo diferido; d) redução do passivo exigível a longo prazo;
II- o excesso ou insuficiência das origens de recursos em relação às aplicações, representando aumento ou redução do capital circulante líquido;
III- os saldos, no início e no fim do exercício, do ativo e passivo circulantes, o montante do capital circulante líquido e o seu aumento e redução durante o exercício.”

FIGURA 4 - DOAR

Fonte: Lei nº 6.404/76

Em suma, para a elaboração da DOAR, é necessário obter os saldos das contas dos balanços patrimoniais inicial e final do exercício em análise. Inclui-se também a necessidade informacional quanto às naturezas das transações ocorridas em cada conta do balanço e a consistência das classificações. A Demonstração do Resultado do Exercício é considerada também uma ferramenta essencial para elaboração e análise da DOAR. MARION, (2006, P.470), fornece um modelo claro e preciso referente à estrutura da DOAR, conforme FIGURA 5.

<b>1. Origens de Recursos</b>	31- 12- x2
<i>Das Operações</i>	
Lucro Líquido do Exercício	-----
+ Depreciação, Amortização e Exaustão	-----
(+/-) Variação Cambial	-----
(+/-) Participação (Equivalência Patrimonial)	-----
= Lucro Ajustado	-----
<i>Dos Acionistas</i>	
Integralização do Capital em Dinheiro	-----
<i>De Terceiros</i>	
Novos Empréstimos	-----
Alienação de Itens do imobilizado	-----
Venda de Itens de Investimentos	-----
<b>Total das Origens</b>	-----
	-----
<b>2. Aplicações de Recursos</b>	-----
• Aquisições de novos itens do Imobilizado	-----
• Aquisição de novos Investimentos	-----
• Pagamentos de Financiamentos	-----
• Distribuição de Dividendos	-----
<b>Total das Aplicações</b>	-----
<b>3. Aumento/ Diminuição do CCL (Origens – Aplicações)</b>	-----
<b>4. Mutação no Capital Circulante Líquido</b>	

DISCRIMINAÇÃO	SALDO 31-12-X1	SALDO 31-12-X2	AUMENTO (OU DIMINUIÇÃO)
Ativo Circulante	(1)	(2)	(3)
Passivo Circulante			
Capital Circulante Líquido			

FIGURA 5- Estrutura da DOAR

Fonte: MARION. 2006, p.470.

#### 2.1.4 Classificação das Transações

De acordo com Almeida, (1996, p.161) as transações ocorridas nos agrupamentos de contas não circulantes possuem classificações distintas, sendo: transações que aumentam o capital circulante líquido (Origens de Recursos), que diminuem o capital circulante líquido (Aplicações de Recursos), transações que afetam o lucro ou prejuízo líquido do exercício e transações apenas entre as contas não circulantes. Abaixo, alguns exemplos de cada transação:

- Origens de Recursos: operações lucrativas, integralização de capital social;
- Aplicações de Recursos: dividendos distribuídos, compra de investimentos;
- Que afetam o Lucro ou prejuízo Líquido do Exercício: Depreciações, amortizações, exaustões;
- Entre as Contas não Circulantes: que envolvem ou não terceiros, ou seja, reavaliação de bens do ativo imobilizado, troca de bens a longo prazo com terceiros.

## 2.2 A Demonstração de Fluxo de Caixa

### 2.2.1 Aspectos Legais

Nos principais mercados financeiros internacionais, a Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC) segue a orientação do *International Accounting Standards Committee (IASC)*, órgão que estabelece normas internacionais de contabilidade, e do *Financial Accounting Standards Board (FASB)*, sendo este o órgão normatizador das práticas contábeis americanas. Em meados de 1987, os Estados Unidos exigiu a apresentação da DFC por meio da publicação do modelo *Financial Accounting Standard (FAS)* nº 95. Logo após, em 1992, os países do Reino Unido também passaram a exigir a apresentação da

demonstração com a publicação do modelo FRS 01 (*Financial Reporting Standard*).

No Brasil, a Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC) passou a ser obrigatória a partir da aprovação da Lei 11.638 de 28 de dezembro de 2007, lei esta resultante da conversão do Projeto de Lei nº 3.741. Com a alteração, a Lei 6.404/76 passou a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Os arts. 176 a 179, 181 a 184, 187, 188, 197, 199, 226 e 248 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 176.....

.....

IV- demonstração dos fluxos de caixa; e

V – se companhia aberta, demonstração do valor adicionado.

.....

§ 6º A companhia fechada com patrimônio líquido, na data do balanço, inferior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) não será obrigada à elaboração e publicação da demonstração dos fluxos de caixa.” (NR)”.

Portanto, observa-se que a DFC foi instituída eliminando a obrigatoriedade de elaboração e publicação da DOAR. Além disso, para elaboração da referida demonstração, o Comitê de Pronunciamento Técnico (CPC) emitiu orientações por meio do seu pronunciamento número 03, o denominado CPC 03, o qual foi elaborado com base nas normas internacionais de contabilidade (*IFRS*) e devidamente aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) por meio da deliberação nº 547 de 13 de agosto de 2008.

### 2.2.2 Conceitos

A Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC) é uma demonstração contábil que procura evidenciar informações sobre os fluxos das transações e eventos que

afetaram o caixa em um determinado período, todavia tais informações são apresentadas de maneira organizada e estruturada conforme a atividade, levando ao usuário a uma melhor compreensão. IUDÍCIBUS E MARION (1999, P.218), afirmam que a demonstração de fluxo de caixa “demonstra a origem e a aplicação de todo o dinheiro que transitou pelo caixa em um determinado período e o resultado desse fluxo”.

Já FAVERO, et al., (2007, p.372) afirmam que a “Demonstração de Fluxo de Caixa evidencia o comportamento das entradas de recursos frente aos desembolsos, de modo a proporcionar análises importantes sobre o comportamento da entidade, no que se refere à saúde financeira, como consequência da sua capacidade de geração de caixa”. Além disso, os mesmos autores relatam a importância de tal relatório no que tange o planejamento financeiro de curto prazo.

Por sua vez, ASSAF NETO e SILVA, (1997, p. 38) explicam que o fluxo de caixa, de maneira ampla “é um processo pelo qual a empresa gera e aplica seus recursos de caixa determinados pelas várias atividades desenvolvidas”, ou seja, destacam-se nessa citação as divisões das atividades da empresa em operacionais, de investimentos e de financiamentos.

Diante do contexto, pode-se afirmar que a relevância da DFC está em seu conteúdo informacional, visto que permite às organizações obterem um maior poder preditivo em relação à sua capacidade de cumprir com suas obrigações financeiras, uma vez que propicia aos seus usuários um melhor planejamento financeiro, de forma que não ocorram excessos e muito menos insuficiências de caixa.

Quanto aos objetivos da referida demonstração, SANTOS (2008, p.85) informa que “a Demonstração tem como objetivo principal disponibilizar informações aos usuários, relacionados ao fluxo líquido de caixa de uma entidade, principalmente: capacidade de geração de caixa, demanda ou necessidade de caixa, fontes de ingressos de caixa e restrições ao caixa e equivalentes de caixa”.

Para MATARAZZO (2003, p. 370), os principais objetivos da Demonstração de Fluxo de Caixa são “avaliar alternativas de investimentos, avaliar e controlar, ao longo do tempo, as decisões importantes que são tomadas na empresa, com reflexo monetário; avaliar as situações presentes e futuras do caixa na empresa posicionando-a para que não chegue a situações de iliquidez e por fim, certificar de que os excessos momentâneos do caixa estão sendo devidamente aplicados”.

O Comitê de pronunciamentos Contábeis, em seu Pronunciamento Técnico CPC 03, manifesta-se também em relação aos objetivos da DFC afirmando que tal demonstração possibilita aos seus usuários uma base para a entidade avaliar sua capacidade de geração de caixa e equivalentes de caixa. Dessa maneira, atinge-se uma margem de segurança maior em relação à geração de recursos financeiros.

Enfim, além de instrumento de trabalho para a empresa, a DFC é considerada um importante instrumento de análise, pois fornece informações quanto à capacidade financeira da empresa de autofinanciamento das operações, de independência do sistema bancário no curto prazo, de gerar recursos para manter os investimentos e as devidas condições para amortizações de dívidas.

Ressalta-se que, as informações contidas na DFC são úteis quando utilizadas em conjunto com outras demonstrações contábeis e na medida em que estejam refletindo as transações de caixa das atividades, auxiliando os usuários na avaliação da capacidade da entidade de gerar fluxos de caixa líquidos positivos, visando atender às suas obrigações, bem como pagar dividendos aos seus acionistas.

### 2.2.3 Definições e Métodos de Elaboração

O Comitê de Pronunciamento Técnico (CPC), por intermédio do seu pronunciamento nº 03 regulamenta o seguinte quanto à forma de elaboração da Demonstração de Fluxo de Caixa:

“A demonstração dos fluxos de caixa deve apresentar os fluxos de caixa de período classificados por atividades operacionais, de investimento e de financiamento”.

BRAGA, (2006, p. 120) conceitua cada classificação das atividades da DFC, sendo:

- **Caixa ou equivalentes de caixa:** os saldos de moeda em caixa ou depósitos em conta bancária, e outros títulos que possuem a mesma característica de liquidez e disponibilidade imediata. Equivalentes são investimentos de altíssima liquidez, prontamente conversíveis em moeda corrente, como por exemplo, as aplicações financeiras de liquidez imediata;
- **Atividades Operacionais:** são aquelas transações que envolvem a consecução do objeto social da entidade. Afirma-se que, as atividades operacionais, em geral, referem-se às operações que envolvem produção de venda de produtos ou a prestação de serviços, permitindo este grupo visualizar a atividade que gera maior caixa operacional em comparação aos demais períodos;
- **Atividades de Investimentos:** compreendem as transações com os ativos financeiros, as aquisições ou vendas de participações em outras entidades e de ativos utilizados na produção ou prestação de serviços, como por exemplo, a destinação que a empresa dá aos seus recursos na compra de novos equipamentos ou na ampliação de suas instalações;
- **Atividades de Financiamentos:** referem-se à captação de empréstimos de curto e longo prazo, bem como a emissão de ações representativas de capital e ao pagamento de dividendos aos acionistas.

CAMPOS FILHO, (1999, p. 25) relata que tal forma de apresentação é estruturada pelo modelo norte-americano, sendo este considerado como

padrão mundial. É conhecido como modelo FAS (*Financial Accounting Standard*) nº 95 de novembro de 1987.

A Demonstração de Fluxo de Caixa pode ser apresentada de duas formas. As formas decorrentes do método indireto e do método direto.

#### 2.2.3.1 Método Direto

Por intermédio desse método, a Demonstração de Fluxo de Caixa evidencia todos os pagamentos e recebimentos decorrentes das atividades operacionais da empresa, devendo apresentar os componentes do fluxo por seus valores brutos de recebimentos ou pagamentos. O saldo final das operações resume o volume líquido de caixa provido ou consumido pelas operações durante determinado período.

Para CAMPOS FILHO (1999, p. 29), este método também é conhecido como a abordagem das contas T (T Account Approach) e consiste em classificar os recebimentos e pagamentos utilizando as partidas dobradas e tem como vantagem permitir a geração de informações com base em critérios livres de qualquer interferência da legislação fiscal.

CHING, MARQUES E PRADO (2003, p. 82) citam que, ao optar pelo método direto, devem ser apresentados, no mínimo, os seguintes tipos de recebimentos e pagamentos relacionados às operações:

- Recebimentos de clientes;
- Juros, lucros e dividendos recebidos;
- Pagamentos a fornecedores e empregados;
- Juros pagos;
- Imposto de renda pago;
- Outros recebimentos e pagamentos.

Segue abaixo, o modelo da Demonstração do Fluxo de Caixa pelo método direto fornecido pelo autor BRAGA (2006, p. 123):

<b>Fluxo de Caixa</b>	
<b>Das Atividades Operacionais</b>	
(+) Recebimentos de Clientes e outros	--
(-) Pagamentos a Fornecedores	--
(-) Pagamentos a Funcionários	--
(-) Recolhimentos ao governo	--
(-) Pagamentos a Credores Diversos	--
(=) Disponibilidades geradas pelas (aplicadas nas) Atividades Operacionais	--
<b>Das Atividades de Investimentos</b>	
(+) Recebimento de Venda de Imobilizado	--
(-) Aquisição de Ativo Permanente	--
(+) Recebimento de Dividendos	--
(=) Disponibilidades geradas pelas (aplicadas nas) Atividades de Investimentos	--
<b>Das Atividades de Financiamentos</b>	
(+) Novos Empréstimos	--
(-) Amortização de Empréstimos	--
(+) Emissão de Debêntures	--
(+) Integralização de Capital	--
(-) Pagamento de Dividendos	--
(=) Disponibilidades geradas pelas (aplicadas nas) Atividades de Financiamento	--
<b>Aumento/ Diminuição Nas Disponibilidades</b>	
DISPONIBILIDADES- no início do período	--
DISPONIBILIDADES- no final do período	--

FIGURA 6- Estrutura da DFC- Método Direto

Fonte: BRAGA. 2006, p.123.

Verifica-se que, o modelo a seguir parte do efetivo regime de caixa. Além disso, utiliza-se parte dos componentes da Demonstração de Resultados e em seguida, os ajusta pelas variações nas contas dos circulantes do balanço patrimonial, sendo estas vinculadas às operações.

### 2.2.3.2 Método Indireto

O método indireto é baseado pela conversão do regime de competência para o regime de caixa. É também conhecido como método da reconciliação. Parte-se do lucro líquido e após os devidos ajustes necessários, apura-se o valor das disponibilidades produzidas no período pelas operações registradas na Demonstração de Resultados. Tais ajustes consistem em itens, como por exemplo, depreciação, amortização e também, em provisões que não modificam o caixa da empresa.

Destaca-se no Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações que a DFC, elaborada pelo método indireto, é a que mais se assemelha com a estrutura da DOAR. Contudo, tais comparações se estendem apenas às contas circulantes.

Entretanto, destaca-se a observação mencionada por IUDÍCIBUS; MARTINS E GELBCKE, (2009, p. 446), quanto a este método da DFC onde, apesar de tecnicamente correto, não é considerado como o mais adequado para elaboração da demonstração por ser trabalhado com conceitos abstratos, dificultando a clareza das informações.

Quanto à observação acima mencionada, CAMPOS FILHO (1999, p. 41) informam que “O FASB recomenda às empresas relatar os fluxos de caixa das atividades operacionais diretamente, mostrando as principais classes de recebimentos e pagamentos operacionais (método direto)”. Portanto, o melhor procedimento para apresentar a demonstração é pelo método direto e, em quadro à parte, a conciliação entre o lucro líquido e o valor do caixa gerado pelas operações.

Segue abaixo, o modelo da Demonstração do Fluxo de Caixa pelo método indireto fornecido pelo autor BRAGA (2006, p. 124):

<b>Fluxo de Caixa</b>	
<b>Das Atividades Operacionais</b>	
Lucro Líquido	--
(-) Aumento de Estoques	--
(+) Depreciação	--
(-) Aumento de Clientes	--
(+) Pagamento a Funcionários	--
(+) Contas à Pagar	
(+) Pagamentos de Impostos e Tributos	
(+) Aumentos de Fornecedores	
(=) Fluxo de Caixa Operacional Líquido	--
<b>Das Atividades de Investimentos</b>	
(+) Recebimento de Venda de Imobilizado	--
(-) Aquisição de Ativo Permanente	--
(+) Recebimento de Dividendos	--
(=) Disponibilidades geradas pelas (aplicadas nas) Atividades de Investimentos	--
<b>Das Atividades de Financiamentos</b>	
(+) Novos Empréstimos	--
(-) Amortização de Empréstimos	--
(+) Emissão de Debêntures	--
(+) Integralização de Capital	--
(-) Pagamento de Dividendos	--
(=) Disponibilidades geradas pelas (aplicadas nas) Atividades de Financiamento	--
<b>Aumento/ Diminuição Nas Disponibilidades</b>	
DISPONIBILIDADES- no início do período	--
DISPONIBILIDADES- no final do período	--

FIGURA 7- Estrutura da DFC- Método Indireto

Fonte: BRAGA. 2006, p.124

Comparativamente, pode-se afirmar que a diferença evidenciada entre os dois métodos encontra-se apenas no grupo de atividades operacionais, ou seja, a DFC elaborada pelo método direto demonstra os recebimentos e pagamentos derivados das atividades operacionais. Já o método indireto demonstra os recursos provenientes das atividades operacionais a partir do lucro líquido, ajustados pelos itens que afetam o resultado. Todavia, pode-se enfatizar o mérito de ambos os métodos, que é o de gerar informações de caixa.

### 3 ANÁLISE COMPARATIVA: DOAR VERSUS DFC

Assim, como as demais demonstrações contábeis, tanto a DOAR quanto a DFC, possuem alguns indicadores que auxiliam no que tange à sua interpretação e análise.

#### 3.1 Alguns Índices da DOAR

Segue abaixo alguns indicadores de análise da Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos indicados por MARION (2002, p. 234), sendo:

##### 1. Índice de Aplicações

$$IA = \frac{\text{Aplicações em Investimentos}}{\text{Origens}}$$

Este índice evidencia quanto as aplicações representam em relação à atividade operacional da entidade. Tal índice está ligado à estrutura do imobilizado, aceitação do produto no mercado, e principalmente, em relação ao objeto social da entidade.

##### 2. Índice de Endividamento

$$IE = \frac{\text{Origens (Resultantes de Capitais de Terceiros)}}{\text{Origens Totais}}$$

Indica a proporção de recursos de terceiros no total das origens da empresa, ou seja, elevadas e sucessivas origens decorrentes de capital de terceiros significam enfraquecimento da situação econômica da empresa.

### 3. Índice de Renovação do Imobilizado

$$\text{IRI} = \frac{\text{Aquisição de Imobilizado}}{\text{Origens Totais}}$$

Aponta se a indústria, no decorrer dos anos, está inovando seu imobilizado, não só no sentido de reposição, mas também para melhorar sua produtividade e a qualidade de seu produto.

### 4. Capacidade de Amortização de Dívidas a Longo Prazo

$$\text{CADLP} = \frac{\text{Exigível a Longo Prazo}}{\text{Origens das Operações (Lucro L. Ajustado)}}$$

Esse índice evidencia o número de anos aproximados em que a empresa conseguiria pagar suas dívidas de longo prazo com recursos gerados pelo lucro líquido ajustado no último período.

Em síntese, as análises inerentes a DOAR estão intimamente ligadas com a folga financeira, de curto prazo, por intermédio das variações do CCL. Dessa forma, identificam-se adequadamente os fatores que contribuem para a alteração financeira de curto prazo da entidade.

#### 3.2 Alguns Índices da DFC

Por sua vez, a DFC também possui indicadores para análise financeira das empresas. Todavia, tais informações referem-se à capacidade de autofinanciamento das operações, de independência do sistema bancário no curto prazo, de gerar recursos em relação aos investimentos e amortização de dívidas a curto e longo prazo.

Segue abaixo, alguns índices para análise evidenciados por MARQUES e BRAGA (2001), sendo:

### 1. Quociente de Cobertura de Caixa- Cobertura de Juros com Caixa

$$\text{QCJC} = \frac{\text{FCO Antes de Juros e Impostos}}{\text{Exigível}}$$

O índice mede a capacidade relativa do negócio em atender seus compromissos financeiros, ou seja, ele considera os passivos circulante e exigível a longo prazo, evidenciando o número de anos que, no nível dos fluxos de caixa atuais, seriam necessários para quitar todo o exigível. Portanto, pode-se afirmar que, este índice evidenciará quanto à empresa esta gerando de fluxo de caixa nas suas atividades para fazer frente a cada R\$ 1,00 de financiamentos pagos no exercício, ou seja, quanto maior melhor.

### 2. Quocientes de Dispêndios de Capital

#### 2.1 Aquisições de Capital

$$\text{QAC} = \frac{\text{(FCO- Dividendo Total)}}{\text{Caixa Pago por Investimento de Capital}}$$

O quociente de aquisições de capital sinaliza a habilidade do negócio em atender suas necessidades por dispêndios líquidos de capital pelas aquisições líquidas de ativos produtivos, como por exemplo, o imobilizado. Têm-se com este índice uma estimativa de quanto em reais as atividades da empresa foi capaz de gerar de caixa livre para cada R\$ 1,00 de recursos utilizados na aquisição de capital no período.

#### 2.2 Investimentos e Financiamentos I

$$\text{IF I} = \frac{\text{FC Líquido P/ Investimentos}}{\text{FC Líquido de Financiamentos}}$$

A relação de investimento e financiamento compara os fluxos líquidos necessários para finalidades de investimento com aqueles gerados de financiamentos. Portanto, este índice revela os investimentos que têm sido financiados por capitais de terceiros.

$$\text{IFI II} = \frac{\text{FC Líquido p/ Investimentos}}{\text{FC Líquido de Operações + financiamentos}}$$

Este índice também evidencia os investimentos e a forma de seus financiamentos, ou seja, das operações próprias e de terceiros.

### 3.3 Vantagens, Desvantagens e Limitações

Diante do exposto, percebe-se que tanto a DOAR quanto a DFC apresentam similaridades e diferenças que resultam em vantagens e desvantagens para os usuários da informação contábil e demais interessados. Portanto, segue abaixo alguns pontos inerentes ao assunto em questão. Ressalva-se que, a listagem de prós e contras de cada demonstração não possui a pretensão de esgotar o assunto.

#### 3.3.1 DOAR

Para Silva, Santos e Ogawa (1993), as vantagens da DOAR podem ser enumeradas da seguinte forma:

- Fornece informações que não constam em outras demonstrações, como por exemplo, balanço patrimonial e demonstração do resultado;
- Possibilita um melhor conhecimento da política de investimento e de financiamento da empresa;
- Auxilia a evidenciar a compatibilidade entre a posição financeira e a distribuição de lucros;
- Possui capacidade analítica maior que o fluxo de caixa, principalmente de longo prazo;

- É uma demonstração mais abrangente, por representar mutações em toda a posição financeira.

Já Martins (1991) afirma que a DOAR, se analisada quanto à sua utilidade e capacidade preditiva, pode ser considerada rica e relevante em relação à Demonstração de Fluxo de Caixa.

Quanto às desvantagens da referida demonstração, Silva, Santos e Ogawa (1993) relatam o seguinte:

- Não é fundamentalmente financeiro, ou seja, pode-se utilizar o caixa e seu equivalente, o ativo circulante ou todos os recursos financeiros;
- Sua elaboração resulta em dificuldades de entendimento aos usuários, pois trabalha-se com o conceito de abstrato de capital de giro líquido ou folga financeira de curto prazo, dificultando sua capacidade analítica;
- Seu uso não tem sido pesquisado de forma científica, mesmo nos países onde as pesquisas contábeis são mais desenvolvidas;
- A DOAR não se consagrou com o decorrer do tempo, ou seja, pode ser considerada como uma demonstração que não obteve aceitação positiva entre os usuários.

### 3.3.2 DFC

No que se refere às vantagens da DFC, Silva, Santos e Ogawa (1993), expõem o seguinte:

- A DFC é considerada como uma linguagem mais comum para os usuários e interessados. Tal vantagem se dá em virtude da facilidade em visualizar o fluxo dos recursos financeiros;
- Utiliza um conceito mais concreto, crítico em qualquer empresa e necessário no curto ou curtíssimo prazo;
- É um importante instrumento gerencial;

- É necessário para previsão de problemas de insolvência, para avaliar o risco, o caixa e os dividendos futuros.

Quanto às desvantagens, Machado et al (2001) afirmam que apesar da divisão realizada na DFC ser considerada didática, ela apresenta questionamentos polêmicos no que tange a sua classificação, como por exemplo, a classificação correta dos dividendos e juros pagos. Tal classificação poderia prejudicar a interpretação da demonstração.

Silva, Santos e Ogawa (1993), enumeram algumas desvantagens, sendo:

- Não existe consenso sobre que conceito de caixa utilizar. Alguns autores aconselham caixa e bancos; outros consideram também os títulos de curto prazo. O conceito de equivalente de caixa foi proposto em diversas legislações de outros países;
- Apresenta um volume de informações menor que a DOAR;
- Não elimina o problema da inflação, apesar de que alguns autores defendem o contrário;
- Existe tendência de utilização do fluxo de caixa pelo método indireto, mesmo que este não seja o mais recomendado pelos órgãos vigentes.

### 3.3.3 Algumas Similaridades e Diferenças

Tanto a Doar quanto a DFC possuem alguns aspectos similares e em outros, diferenças. Nesse sentido, pode-se afirmar que ambas as demonstrações possuem como objetivo principal o de evidenciar as variações na posição financeira da entidade em determinado período. Contudo, cada uma apura tal variação à sua maneira, ou seja, a DOAR pela variação do CCL e a DFC pelo conceito de caixa e seus equivalentes.

A forma de apresentação também é parecida. Considerando o método indireto da DFC, ambas as demonstrações utilizam o lucro líquido como ponto inicial

para elaboração. Todavia, a DOAR evidencia os seus recursos pelas origens e aplicações. Já a DFC, divide os seus recursos em atividades operacionais, de investimentos e financiamentos.

Quanto ao regime utilizado, ambas as demonstrações não possuem nenhuma identificação, pois a DOAR utiliza o regime de competência e a DFC o de caixa. Enfim, apesar da diferença de regimes, tanto a DFC quanto a DOAR permitem analisar a solvência da empresa, sendo este item essencial na análise de risco de crédito. Além disso, a relevância para acionistas é significativa, onde permitem fazer previsões de lucros e fluxos de caixa futuros.

### 3.3.4 Potenciais impactos na Sociedade Contábil e Mercado de Capitais

A contabilidade, enquanto provedora de informações para a tomada de decisões, tem um papel de extrema relevância para a sociedade em geral. A informação contábil, para que seja considerada útil, precisa ter alguns atributos específicos, como por exemplos, a confiabilidade, tempestividade, compreensibilidade, comparabilidade, entre outros. Todavia, para atingir tais atributos, o profissional contábil necessita gerar informações verossímeis, completas e principalmente, pertinentes quanto ao conteúdo, em tempo hábil, apresentadas de forma clara e objetiva e, comparável ao longo do tempo.

Nesse sentido, surge a necessidade de maior avaliação sobre as demonstrações contábeis, evidenciando se as mesmas suprem a necessidade informacional dos usuários, tanto internos quanto externos. Tal necessidade ocasionou a substituição da DOAR pela DFC, sendo que a finalidade do segundo demonstrativo é equiparada com o primeiro, porém considerado mais compreensível pelos gestores e demais usuários.

Em geral, espera-se que com as novas regras contábeis haja uma inserção ainda maior no mercado de capitais, ou seja, possibilitará às empresas brasileiras de capital aberto a divulgarem suas demonstrações aos padrões internacionais, sendo estes os mais adotados nos principais mercados de

valores imobiliários. Conseqüentemente, tais medidas contribuirão para o fortalecimento do mercado brasileiro, aumentando a exposição aos investidores internacionais e ao mercado como um todo.

Diante do exposto, cabe ressaltar que, a padronização contábil aos padrões internacionais trouxe grandes desafios aos gestores das informações contábeis. A necessidade de evolução e aprimoramento contínuo dos profissionais é nítida, o que implica em esforços e jornada dupla de trabalho para adequação aos novos procedimentos. Além disso, para aqueles profissionais que se recusam a aceitar os novos padrões internacionais, a exclusão automática do mercado de trabalho é certa.

Enfim, a substituição da DOAR pela DFC não resulta em impactos de grande relevância para a tomada de decisão em uma organização. Na realidade, grandes são as expectativas dos usuários em relação à aceitação da DFC devido à qualidade informacional. Apesar de que alguns usuários ainda acreditam na complementação de informações fornecidas pela DOAR.

#### **4. Comparações e aplicação à análise dos Resultados das demonstrações de uma Firma: O Caso da USIMINAS**

Fundada em 25 de abril de 1956, na cidade de Coronel Fabriciano, a Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S/A (USIMINAS) é uma empresa do setor siderúrgico, líder na produção e comercialização de aços planos laminados a frio e a quente, bobinas, placas e revestidos, destinados principalmente aos setores de bens de capital e de bens de consumo da linha branca, além da indústria automotiva. Atualmente, a USIMINAS encontra-se na cidade de IPATINGA/ MG e sua sede administrativa em Belo Horizonte, mais precisamente em frente à Universidade Federal de Minas Gerais- UFMG. Contudo, a USIMINAS é uma empresa privatizada pelo Estado, onde possui controladas e coligadas, destacando-se a Companhia Siderúrgica Paulista (COSIPA), considerada subsidiária integral da empresa.

Devido à sua política interna, mesmo antes da obrigatoriedade de publicação da DFC, a USIMINAS já disponibilizava tal demonstrativo a todos os interessados, utilizando o método indireto, seguindo às normas do FASB e demais órgãos internacionais.

A tabela 2 apresenta os indicadores calculados à partir das Demonstrações de Origens e Aplicações de Recursos da empresa USIMINAS, referentes os anos de 2004 e 2005. Em seguida, uma análise sucinta dos dados contidos nesta.

<b>Índices da DOAR</b>		
<b>Índices</b>	<b>2005</b>	<b>2004</b>
Aplicações	0,29	0,06
Endividamento	0,20	0,29
Renovação do Imobilizado	0,10	0,06
Capacidade de Amortização de Dívidas a Longo Prazo	1,38	2,29

TABELA 2- Resultado dos Índices I

Fonte: Elaborado pela autora.

Conforme demonstração dos indicadores da DOAR, verificou-se que nos dois períodos analisados, a empresa aumentou o volume de recursos investidos no Ativo Permanente de 6% em 2004 para 10% em 2005, aumentando o CCL conseqüentemente. Tal fato se deu por conta de melhorias no processo produtivo, para a plena utilização da capacidade das unidades produtivas existentes e proteção ambiental.

No que se refere às aplicações no país e no exterior salienta-se que, as mesmas são compostas substancialmente por certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remuneradas à taxa próxima ao CDI. Portanto, constata-se que, houve um aumento significativo de 6% para 29% no saldo de aplicações, ou seja, 29% são o que representam as aplicações em relação às atividades operacionais da USIMINAS. Um dos motivos desse aumento seria devido aos interesses de novas aquisições de ações.

Quanto ao percentual de capital de terceiros nas origens de recursos da empresa, houve uma redução de 29% no ano de 2004 para 20% em 2005. Contudo, apesar da redução a USIMINAS captou recursos de terceiros em 2005 para financiar seu investimento em ações da Companhia Siderúrgica Paulista (COSIPA), que estava em poder de acionistas minoritários, adquirindo um saldo de 79% das ações em circulação.

De acordo com a DOAR, a empresa apresentou uma capacidade de amortizar as dívidas a longo prazo com recursos gerados pelo lucro ajustado de 2,29 anos em 2004 para 1,38 anos em 2005 respectivamente. Esse efeito pode ser explicado pela redução de capital de terceiros, ocorrida no período e também, pelos rendimentos das aplicações.

Já na Tabela 3 constam os indicadores calculados à partir da DFC consolidada da empresa em questão, referente aos anos de 2004 e 2005 respectivamente. Todavia, ressalva-se que o método utilizado para elaboração da referida demonstração é o indireto. Em seguida, uma análise dos dados contidos na mesma.

<b>Índices da DFC</b>		
<b>Índices</b>	<b>2005</b>	<b>2004</b>
Cobertura de Juros com Caixa	0,99	0,79
Aquisições de Capital	3,42	10,24
Investimentos e Financiamentos	0,23	0,13
Investimentos	0,10	0,05

TABELA 3- Resultado dos Índices II

Fonte: Elaborado pela autora.

Analisando a situação da empresa USIMINAS pelos indicadores calculados à partir da DFC, verifica-se que o índice de cobertura de Juros com caixa aumentou de R\$ 0,79 em 2004 para R\$ 0,99 em 2005. Isso significa que, para

cada R\$ 1,00 de juros foram gerados R\$ 0,99 de caixa no ano de 2005. Portanto, conclui-se que, a cada 1,01 período os pagamentos com juros serão cobertos.

Quanto ao quociente de aquisições de capital, sinaliza-se a boa capacidade que a empresa tem em atender suas necessidades de dispêndios de capital. Observa-se que, em 2004 a empresa possuía uma capacidade em caixa de 10,24% reduzindo em 2005 para 3,42% respectivamente. Tal redução ocorreu devido às aquisições no ativo permanente e investimentos no período em análise.

A USIMINAS evidenciou em seu índice investimentos e financiamentos um aumento de 23% no ano de 2005 sendo que, em 2004 o percentual era de apenas 13%. O aumento significa que os investimentos realizados pela empresa têm sido financiados em aproximadamente 23% por capitais de terceiros.

O quarto e último índice indica que a empresa teve em 2004 5% e em 2005 10% dos seus investimentos financiados. Todavia, financiamento não foi realizado somente por capitais de terceiros, mas também, pelas operações próprias da empresa. Se comparado com o índice anterior, verifica-se uma redução de aproximadamente 13% no ano de 2005.

<b>Comparativo de Índices DOAR X DFC - Ano 2005</b>			
<b>Índices da DOAR</b>	<b>2005</b>	<b>Índices da DFC</b>	<b>2005</b>
Capacidade de Amortização de Dívidas a Longo Prazo	1,38	Cobertura de Juros com Caixa	0,99
Renovação do Imobilizado	0,10	Aquisições de Capital	3,42
Endividamento	0,20	Investimentos e Financiamentos	0,23
Aplicações	0,29	Investimentos	0,10

TABELA 4- Comparativo DOAR X DFC

Fonte: Elaborado pela autora.

Ao comparar as análises acima citadas, percebe-se que tanto os indicadores à partir da análise da DFC quanto aos calculados com os dados da DOAR não apresentam diferenças significativas porém, indicam tendências positivas. Constata-se uma variação entre os dois índices, mesmo que os indicadores possuam os mesmos objetivos.

Na DFC, o índice que mede o período da cobertura de Juros com caixa pode ser comparado com a capacidade de amortização de dívidas. O período para sanar a dívida oscilou em aproximadamente 0,37 anos. Vale ressaltar que, ambos os índices trabalham com regimes diferentes: competência versus caixa.

Nesse sentido, na DOAR o índice de endividamento foi de aproximadamente 20%. Enquanto que na DFC, tal índice variou em apenas 0,03%, ou seja, os dois índices possuem o objetivo de avaliar a participação de capitais de terceiros em relação aos investimentos da entidade e conforme acima, a variação não foi significativa, evidenciando a funcionalidade de ambas as demonstrações.

## 5 Conclusão

A inserção contábil brasileira aos mercados internacionais é resultado das mudanças sócio – econômicas do país. A globalização trouxe a necessidade de padronização das informações contábeis bem como, a emissão de informações mais transparentes, de maior qualidade e entendimento para a sociedade em geral.

Diante do exposto, o presente trabalho objetivou evidenciar os potenciais impactos da substituição da Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) pela Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC), por meio de comparativos, apresentação dos métodos de elaboração, vantagens, desvantagens e interpretação dos resultados por meio de índices financeiros calculados através das demonstrações financeiras de uma empresa real.

Nesse sentido, verificou-se que ambas as demonstrações municiam os usuários quanto à posição financeira da empresa, porém de formas diferentes, ou seja, enquanto a DOAR contempla o CCL e aborda resultados para médio e longo prazo, a DFC evidencia o fluxo das disponibilidades e fornece uma análise mais voltada para o caixa, liquidez e solvência da entidade.

Quanto ao comparativo por intermédio dos índices financeiros, calculados através das demonstrações da empresa USIMINAS, pode-se concluir que, os resultados apontam que as informações geradas por ambas as demonstrações não apresentaram diferenças significativas em sua maioria e que os resultados são aproximados.

No que se refere às vantagens e desvantagens de cada demonstração, conclui-se que ambas as demonstrações se complementam. Pode-se afirmar que, uma característica apontada como negativa em uma demonstração é apontada como positiva na outra, e vice-versa. Tal consideração é relevante, pois se analisadas em conjunto, as medidas e ações serão bem mais fundamentadas e consistentes.

Enfim, os potenciais impactos evidenciados estão atrelados à qualidade, aceitação, funcionalidade e ao ganho ou perda de conteúdo informacional. Diante do exposto, verifica-se que a substituição da DOAR pela DFC proporciona questionamentos relevantes entre os interessados no que se refere à análise e interpretação das mesmas, evidenciando similaridades e diferenças. Tal afirmação é evidenciada nos índices calculados e incursão teórica. Entretanto, a DOAR em seu regime de competência traz consigo informações dignas de maiores análises. A DFC, por si só já evidencia as informações realmente financeiras.

Afirma-se então que as demonstrações são partes que se complementam. Sugere-se a elaboração das duas demonstrações em conjunto com as demais. Dessa forma, obtêm-se uma margem maior de acerto na gestão financeira da empresa. Além disso, um maior número de usuários será atendido, potencializando ainda mais a inserção da empresa ao mercado internacional, sendo este o objetivo primário da padronização contábil.

## 6- Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. *Contabilidade Intermediária*. São Paulo: Atlas, 1996.

ASSAF NETO, Alexandre, SILVA, César Augusto Tibúrcio. *Administração de Capital de Giro*. 2 ed. São Paulo: Atlas. 1997.

ASSAF NETO, Alexandre. *Estrutura e Análise de Balanços. Um enfoque Econômico-Financeiro*. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

AZEVEDO, Osmar Reis. *Comentários às novas regras contábeis brasileiras*. 1. Ed. São Paulo: IOB, 2009.

BRAGA, Hugo Rocha. *Demonstrações Contábeis Estrutura, Análise e Interpretação*. 5ª ed. São Paulo. Atlas. 2006.

BRAGA, Roberto; MARQUES, José Augusto Veiga da Costa. *Avaliação da Liquidez das Empresas Através da Análise da Demonstração de Fluxos de Caixa*. Artigo disponível em [http://www.eac.fea.usp.br/cadernos/completos/cad25/Revista\\_25\\_parte\\_1.pdf](http://www.eac.fea.usp.br/cadernos/completos/cad25/Revista_25_parte_1.pdf)

CHING, Hong Yuh; MARQUES, Fernando; PRADO, Lucilene. *Contabilidade & Finanças para Não Especialistas*. Pearson Prentice Hall: São Paulo. 2003.

Comunicado ao Mercado da Comissão de Valores Imobiliários, disponível em <http://www.cvm.gov.br/port/infos/Esclarecimento.pdf> Demonstrações Contábeis da Empresa Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S/A., disponível em <http://www.usiminas.com/irj/portal?NavigationTarget=navurl://43953b85f454ec04f279be656d6cb044>.

FAVERO, Hamilton Luiz; LONARDONI, Mário; SOUZA, Clóvis de; TAKAKURA, Massakazu. *Contabilidade Teoria e Prática*. Vol. 2. São Paulo: Atlas. 2007.

FILHO, Ademar Campos. *Demonstração dos Fluxos de Caixa*. Uma Ferramenta Indispensável para Administrar sua Empresa. São Paulo. 1999.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens, *Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações: aplicável às demais sociedades; rumo às normas internacionais*. 6 ed. São Paulo: Atlas. 2007.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens, *Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações: aplicável às demais sociedades; rumo às normas internacionais*. 7 ed. São Paulo: Atlas. 2009.

IUDÍCIBUS, Sérgio de, MARION, José Carlos. *Introdução à Teoria da Contabilidade: para o nível de graduação*. São Paulo: Atlas. 1999.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Metodologia do Trabalho Científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos*. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1992.

Lei 11.638 de 28 de dezembro de 2007 disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm)

Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976 disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm)

Matarazzo, Dante C. *Análise Financeira de Balanços. Abordagem Básica e Gerencial*. 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

PEREZ JUNIOR, José Hernandes; BEGALLI, Glaucos Antônio. *Elaboração das Demonstrações Contábeis*. 2 ed. São Paulo: Atlas. 1999.

POLHMANN, Marcelo Coletto. *Harmonização Contábil no Mercosul: A Profissão e o Processo de Emissão de Normas- Uma Contribuição*. Caderno de Estudos nº 12. São Paulo, FIECAFI, Setembro/1995.

Projeto de lei nº 3.741, DE 2000 disponível em <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/373720.pdf>

Pronunciamento Técnico de contabilidade Nº 03 disponível em [http://www.cpc.org.br/pdf/CPC03R2\\_final.pdf](http://www.cpc.org.br/pdf/CPC03R2_final.pdf)

REIS, Arnaldo Carlos de Rezende. *Demonstrações: Contábeis Estrutura e Análise*. São Paulo: Saraiva, 2003.

REIS, Arnaldo Carlos de Rezende. *Demonstrações: Contábeis Estrutura e Análise*. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

## 7- Anexos

Powered by  
**INFOinvest**

### Relatórios CVM

#### DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS

Relatório Anual (Legislação societária) 2005

09/03/2006 18:19

06 - Balanço Patrimonial Consolidado

#### 06.01 - Balanço Patrimonial Consolidado Ativo (x R\$ 1000)

Código da Conta:	Descrição da Conta:	31/12/2005	31/12/2004	31/12/2003
1	Ativo Total	18.195.258	16.967.130	15.572.812
1.01	Ativo Circulante	6.640.126	6.334.957	4.247.631
1.01.01	Disponibilidades	1.930.654	1.910.586	843.007
1.01.02	Créditos	1.838.620	2.055.529	1.758.368
1.01.02.01	Contas a Receber	1.657.527	1.799.948	1.443.797
1.01.02.02	Títulos e Valores a Receber	93.558	121.272	100.275
1.01.02.03	Impostos a recuperar	87.535	134.309	214.296
1.01.03	Estoques	2.531.860	1.999.007	1.441.846
1.01.03.01	Produtos Acabados	716.870	383.680	305.015
1.01.03.02	Produtos em Elaboração	497.509	380.839	243.899
1.01.03.03	Matérias Primas	633.746	526.078	429.388
1.01.03.04	Suprimentos e Sobressalentes	430.818	332.691	296.357
1.01.03.05	Importações em Andamento	138.880	219.889	53.287
1.01.03.06	Outros	114.037	155.830	113.900
1.01.04	Outros	338.992	369.835	204.410
1.01.04.01	Instrumentos Financeiros	0	0	0
1.01.04.02	Imposto de Renda e Cont.Social Diferidos	243.617	298.645	138.857
1.01.04.03	Outros	95.375	71.190	65.553
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.549.137	1.349.333	1.820.804
1.02.01	Créditos Diversos	44.008	56.692	65.044
1.02.01.01	Contas Correntes Devedoras	44.008	56.692	65.044
1.02.02	Créditos com Pessoas Ligadas	267.140	80.787	77.501
1.02.02.01	Com Coligadas	0	0	0
1.02.02.02	Com Controladas	267.140	80.787	77.501
1.02.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.03	Outros	1.237.989	1.211.854	1.678.259
1.02.03.01	Imposto de Renda e Contr. Social Dif.	824.666	885.816	1.373.768
1.02.03.02	Ações de Outras Companhias	18.330	21.001	25.660
1.02.03.03	Depósitos Judiciais	303.943	266.181	230.506
1.02.03.04	Instrumentos Financeiros	0	0	0
1.02.03.05	Outros	91.050	38.856	48.325
1.03	Ativo Permanente	10.005.995	9.282.840	9.504.377
1.03.01	Investimentos	1.329.045	331.831	179.522
1.03.01.01	Participações em Coligadas	0	0	0
1.03.01.02	Participações em Controladas	1.307.092	284.507	131.792
1.03.01.03	Outros Investimentos	21.953	47.324	47.730
1.03.02	Imobilizado	8.648.782	8.901.940	9.274.440
1.03.02.01	Em Operação	13.024.402	12.864.583	13.099.236
1.03.02.02	Depreciação	(5.057.004)	(4.424.972)	(4.311.164)

1.03.02.03	Em Obras	681.384	462.329	486.368
1.03.03	Diferido	28.168	49.069	50.415

**06.02 - Balanço Patrimonial Consolidado Passivo (x R\$ 1000)**

<b>Código da Conta:</b>	<b>Descrição da Conta:</b>	<b>31/12/2005</b>	<b>31/12/2004</b>	<b>31/12/2003</b>
2	Passivo Total	18.195.258	16.967.130	15.572.812
2.01	Passivo Circulante	3.940.371	3.884.087	4.205.279
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.151.218	1.357.961	2.585.648
2.01.02	Debêntures	0	0	16.761
2.01.03	Fornecedores	395.096	328.206	478.536
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	773.357	796.844	288.392
2.01.04.01	Tributos a Recolher	121.637	228.264	94.860
2.01.04.02	Salários e Encargos Sociais	134.125	115.813	95.538
2.01.04.03	Imposto de Renda e Contribuição Social	517.595	452.767	97.994
2.01.05	Dividendos a Pagar	546.955	808.742	306.415
2.01.06	Provisões	0	0	0
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	58.208	58.135	43.338
2.01.08	Outros	1.015.537	534.199	486.189
2.01.08.01	Contas a Pagar	153.897	214.204	233.011
2.01.08.02	Adiantamento de Clientes	154.052	170.427	132.307
2.01.08.03	Tributos Parcelados	31.771	20.456	30.003
2.01.08.04	Instrumentos Financeiros	675.817	129.112	90.868
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	5.418.178	6.921.004	7.253.708
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.292.584	3.508.334	4.087.373
2.02.02	Debêntures	0	0	240.000
2.02.03	Provisões	1.058.218	1.019.548	914.315
2.02.03.01	Passivos Contingentes	1.058.218	1.019.548	914.315
2.02.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	14.062	16.920	0
2.02.05	Outros	2.053.314	2.376.202	2.012.020
2.02.05.01	Imposto de Renda e Cont.Social Diferidos	253.202	243.335	184.320
2.02.05.02	Tributos Parcelados	144.240	161.464	103.047
2.02.05.03	Contas a Pagar à FEMCO	312.155	337.357	353.067
2.02.05.04	CEU - Passivo Atuarial	980.084	1.037.093	1.024.539
2.02.05.05	Instrumentos Financeiros	336.736	556.827	284.000
2.02.05.06	Outros	26.897	40.126	63.047
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0	0
2.04	Participações Minoritárias	84.139	212.590	114.404
2.05	Patrimônio Líquido	8.752.570	5.949.449	3.999.421
2.05.01	Capital Social Realizado	2.400.000	1.280.839	1.280.839
2.05.01.01	Ações Ordinárias	1.196.135	608.534	608.534
2.05.01.02	Ações Preferenciais	1.203.865	672.305	672.305
2.05.02	Reservas de Capital	1.831.542	1.831.542	1.831.542
2.05.02.03	Incentivo Fiscal IPI - Lei 7554/86	149.524	149.524	149.524
2.05.02.05	Valor Excedente na Subscrição de Ações	1.787.313	1.787.313	1.787.313
2.05.02.06	Ações em Tesouraria	(105.295)	(105.295)	(105.295)
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas	0	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	4.521.028	2.837.068	887.040
2.05.04.01	Legal	413.985	218.320	65.634
2.05.04.02	Estatutária	0	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	4.107.043	2.618.748	821.406
2.05.04.07.01	Para Investimentos e Capital de Giro	4.107.043	2.618.748	821.406
2.05.04.07.02	Ações em Tesouraria	0	0	0
2.05.04.07.03	Lucros não Realizados	0	0	0
2.05.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0	0

**Topo**

**DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS**

Relatório Anual (Legislação societária) 2005

09/03/2006 18:19

08 - Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos Consolidadas


**08.01 - Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos Consolidadas (x R\$ 1000)**

Código da Conta:	Descrição da Conta:	01/01/2005 a 31/12/2005	01/01/2004 a 31/12/2004	01/01/2003 a 31/12/2003
4.01	Origens	4.658.206	5.695.236	4.138.355
4.01.01	Das Operações	3.725.369	4.007.539	2.416.825
4.01.01.01	Lucro/Prejuízo do Exercício	3.918.429	3.018.831	1.306.172
4.01.01.02	Vls. que não repr. mov. Cap. Circulante	(193.060)	988.708	1.110.653
4.01.01.02.01	Variações Monetárias de Longo Prazo	(58.057)	16.259	151.992
4.01.01.02.02	Depreciação e Amortização	680.192	544.383	502.746
4.01.01.02.03	Partic. em Soc. Coligadas e Controladas	(922.964)	(320.341)	(115.711)
4.01.01.02.04	Imposto de Renda e Contribuição Social	(84.722)	241.582	227.874
4.01.01.02.06	Vr. Residual Ativo Permanente Baixado	57.071	108.460	42.849
4.01.01.02.07	Participação de Acionistas Minoritários	23.339	102.176	27.396
4.01.01.02.08	Outras	(17.394)	26.695	(12.104)
4.01.01.02.10	Provisões de Longo Prazo	129.475	269.494	285.611
4.01.02	Dos Acionistas	5.764	49.611	59.839
4.01.02.01	Integralização de capital	5.764	49.611	59.839
4.01.03	De Terceiros	927.073	1.638.086	1.661.691
4.01.03.01	Ingressos de Financiamentos	360.976	1.116.984	1.359.869
4.01.03.02	Outras	3.074	6.461	50.266
4.01.03.03	Decréscimo em Outros Realizáveis	399.633	319.695	242.781
4.01.03.04	Amortização vals a receb societ ligadas	0	17.673	0
4.01.03.05	Acréscimo em Outras Contas a Pagar	10.267	92.195	8.775
4.01.03.06	Baixa de Investimentos	93.213	687	0
4.01.03.07	Transf. Financiamentos p/ Longo Prazo	0	0	0
4.01.03.08	Dividendos recebidos declarados	59.910	84.391	0
4.02	Aplicações	4.409.321	3.299.776	2.758.273
4.02.01	No Ativo Permanente	471.426	347.345	499.069
4.02.02	Transf. Emprést. e Financiamentos p/ CP	1.391.384	1.635.727	1.605.029
4.02.03	Acréscimos em Outros Realizáveis	232.784	50.277	168.664
4.02.04	Dividendos/Juros s/ Capital	1.115.308	1.068.803	400.010

	Próprio			
4.02.05	Transf. Outros Exigíveis p/ Curto Prazo	214.033	97.540	22.893
4.02.06	Ações em Tesouraria	0	0	0
4.02.07	Decréscimo em Outros Exigíveis	342.070	24.602	27.402
4.02.08	Valores a receber de sociedades ligadas	140.652	0	0
4.02.09	Var.da particip. acionistas minoritários	138.660	11.954	0
4.02.10	Reversão de provisões	208.342	13.036	0
4.02.11	Outras	154.662	50.492	35.206
4.03	Acréscimo/Decréscimo no Cap. Circulante	248.885	2.395.460	1.380.082
4.04	Variação do Ativo Circulante	305.169	2.072.800	546.883
4.04.01	Ativo Circulante no Início do Exercício	6.334.957	4.262.157	3.700.748
4.04.02	Ativo Circulante no Final do Exercício	6.640.126	6.334.957	4.247.631
4.05	Variação do Passivo Circulante	56.284	(322.660)	(833.199)
4.05.01	Passivo Circulante no Início Exercício	3.884.087	4.206.747	5.038.478
4.05.02	Passivo Circulante no Final do Exercício	3.940.371	3.884.087	4.205.279
<b>Topo</b>				

Powered by  
**INFOinvest**<sup>®</sup>

## 24 – Demonstração do fluxo de caixa em 31 de dezembro

	Controladora		Consolidado	
	2005	2004	2005	2004
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Ajustes para conciliar o resultado:				
Lucro líquido do exercício	<b>3.913.291</b>	3.053.724	<b>3.918.429</b>	3.018.831
Encargos e variações monetárias/cambiais líquidas	<b>249.159</b>	312.169	<b>583.966</b>	720.840
Depreciação e amortização	<b>258.626</b>	252.764	<b>680.192</b>	544.383
Baixa de investimentos	<b>24.030</b>	22.734	<b>64.560</b>	107.836
Participações em controladas/coligadas	<b>(1.888.053)</b>	(1.383.822)	<b>(922.964)</b>	(320.341)
Imposto de renda e contribuição social	<b>620.234</b>	811.057	<b>1.033.472</b>	1.301.880
Reversão de provisões	<b>(14.679)</b>	18.112	<b>55.473</b>	38.652
Ajuste participação minoritários	-	-	<b>23.339</b>	102.176
Dividendos recebidos	<b>313.449</b>	148.532	<b>59.910</b>	84.391
	<b>3.476.057</b>	3.235.270	<b>5.496.377</b>	5.598.648

## (Acréscimo) decréscimo de ativos

Em contas a receber	<b>14.918</b>	(34.628)	<b>142.421</b>	(356.813)
Nos estoques	<b>(334.037)</b>	(248.848)	<b>(532.854)</b>	(557.161)
Impostos recuperar	<b>7.190</b>	97.616	<b>46.774</b>	110.150
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<b>169.503</b>	228.042	<b>116.178</b>	328.164
Depósitos judiciais	<b>(15.138)</b>	(29.190)	<b>(37.762)</b>	(35.675)
Outros	<b>(313.375)</b>	(8.098)	<b>(174.276)</b>	(82.478)
	<b>(470.939)</b>	4.894	<b>(439.519)</b>	(593.813)

## Acréscimo (decréscimo) de passivos

Em fornecedores e empreiteiros no país	<b>46.478</b>	(41.228)	<b>66.890</b>	7.531
Valores a pagar a sociedades ligadas	<b>18.745</b>	(41.814)	<b>73</b>	14.797
Adiantamentos de clientes	<b>811</b>	4.744	<b>(16.375)</b>	38.120
Tributos a recolher	<b>(51.973)</b>	84.753	<b>(106.627)</b>	133.404
Imposto de renda e contribuição social	<b>(645.452)</b>	(327.528)	<b>(884.937)</b>	(563.315)
Outros	<b>(254.383)</b>	(106.803)	<b>(304.968)</b>	(88.100)
	<b>(885.774)</b>	(427.876)	<b>(1.245.944)</b>	(457.563)

## Fluxo de caixa das atividades operacionais

	<b>2.119.344</b>	2.812.288	<b>3.810.914</b>	4.547.272
--	------------------	-----------	------------------	-----------

## ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS

Adições de investimentos	<b>(295.954)</b>	(348)	<b>(298.546)</b>	(2.628)
Adições para imobilizado, exclusive encargos capitalizados	<b>(213.486)</b>	(161.167)	<b>(408.494)</b>	(323.535)
Baixa (adições) de ativo permanente	-	-	-	(62.601)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	<b>(509.440)</b>	(161.515)	<b>(707.040)</b>	(388.764)

## ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS

Ingressos de empréstimos, financiamentos	<b>234.576</b>	20.619	<b>649.576</b>	1.655.060
Pagamento de empréstimos, financiamentos e tributos parcelados	<b>(577.675)</b>	(971.627)	<b>(1.645.806)</b>	(3.471.627)
Juros pagos de empréstimos, financiamentos e tributos parcelados	<b>(91.021)</b>	(155.786)	<b>(368.102)</b>	(581.947)
Resgate de operações de swap	<b>(120.826)</b>	(22.330)	<b>(270.305)</b>	(92.453)
Dividendos pagos	<b>(1.375.410)</b>	(564.500)	<b>(1.390.092)</b>	(565.609)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	<b>(1.930.356)</b>	(1.693.624)	<b>(3.024.729)</b>	(3.056.576)

VARIAÇÃO CAMBIAL SOBRE DISPONIBILIDADES	<b>4.232</b>	(1.743)	<b>(59.077)</b>	(38.437)
Acréscimo (decréscimo) em caixa	<b>(316.220)</b>	955.406	<b>20.068</b>	1.063.495
Saldo inicial de caixa	<b>1.398.139</b>	442.733	<b>1.910.586</b>	847.091
Saldo final de caixa	<b>1.081.919</b>	1.398.139	<b>1.930.654</b>	1.910.586

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Relatórios CVM

### DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS

Relatório Anual (Legislação societária) 2005

09/03/2006 18:19

05 - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

#### 05.01 - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de 01/01/2005 a 31/12/2005 (x R\$ 1000)

Código da Conta:	Descrição da Conta:	Capital Social:	Reservas de Capital:	Reservas de Reavaliação:	Reservas de Lucro:	Lucros/Prejuízos Acumulados:	Total do Patrimônio Líquido:
5.01	Saldo Inicial	1.280.839	1.831.542	0	2.897.598	0	6.009.979
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	1.119.161	0	0	(1.119.161)	0	0
5.04	Realização de Reservas	0	0	0	0	0	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Exercício	0	0	0	0	3.913.291	3.913.291
5.07	Destinações	0	0	0	2.797.983	(3.913.291)	(1.115.308)
5.07.01	Reserva Legal	0	0	0	195.665	(195.665)	0
5.07.02	Reserva p/investimento e capital de giro	0	0	0	2.602.318	(2.602.318)	0
5.07.03	Dividendos	0	0	0	0	(575.271)	(575.271)
5.07.04	Juros sobre capital próprio	0	0	0	0	(540.037)	(540.037)
5.08	Outros	0	0	0	0	0	0
5.09	Saldo Final	2.400.000	1.831.542	0	4.576.420	0	8.807.962

#### 05.02 - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de 01/01/2004 a 31/12/2004 (x R\$ 1000)

Código da Conta:	Descrição da Conta:	Capital Social:	Reservas de Capital:	Reservas de Reavaliação:	Reservas de Lucro:	Lucros/Prejuízos Acumulados:	Total do Patrimônio Líquido:
5.01	Saldo Inicial	1.280.839	1.831.542	0	912.677	0	4.025.058
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0

5.04	Realização de Reservas	0	0	0	0	0	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Exercício	0	0	0	0	3.053.724	3.053.724
5.07	Destinações	0	0	0	1.984.921	(3.053.724)	(1.068.803)
5.07.01	Reserva Legal	0	0	0	152.686	(152.686)	0
5.07.02	Dividendos	0	0	0	0	(674.799)	(674.799)
5.07.03	Reserva de p/Invests e Capital de Giro	0	0	0	1.832.235	(1.832.235)	0
5.07.04	Juros sobre o capital próprio	0	0	0	0	(394.004)	(394.004)
5.08	Outros	0	0	0	0	0	0
5.09	Saldo Final	1.280.839	1.831.542	0	2.897.598	0	6.009.979

**05.03 - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de 01/01/2003 a 31/12/2003 (x R\$ 1000)**

Código da Conta:	Descrição da Conta:	Capital Social:	Reservas de Capital:	Reservas de Reavaliação:	Reservas de Lucro:	Lucros/Prejuízos Acumulados:	Total do Patrimônio Líquido:
5.01	Saldo Inicial	1.221.000	1.831.542	0	0	0	3.052.542
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	59.839	0	0	0	0	59.839
5.03.01	Conversão de debêntures em ações	59.839	0	0	0	0	0
5.04	Realização de Reservas	0	0	0	0	0	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Exercício	0	0	0	0	1.312.687	1.312.687
5.07	Destinações	0	0	0	912.677	(1.312.687)	(400.010)
5.07.01	Reserva Legal	0	0	0	65.634	(65.634)	0
5.07.02	Juros sobre o capital próprio	0	0	0	0	(354.091)	(354.091)
5.07.03	Dividendos	0	0	0	0	(45.919)	(45.919)
5.07.04	Reserva de investimento e capital giro	0	0	0	847.043	(847.043)	0
5.08	Outros	0	0	0	0	0	0
5.09	Saldo Final	1.280.839	1.831.542	0	912.677	0	4.025.058

**Topo**